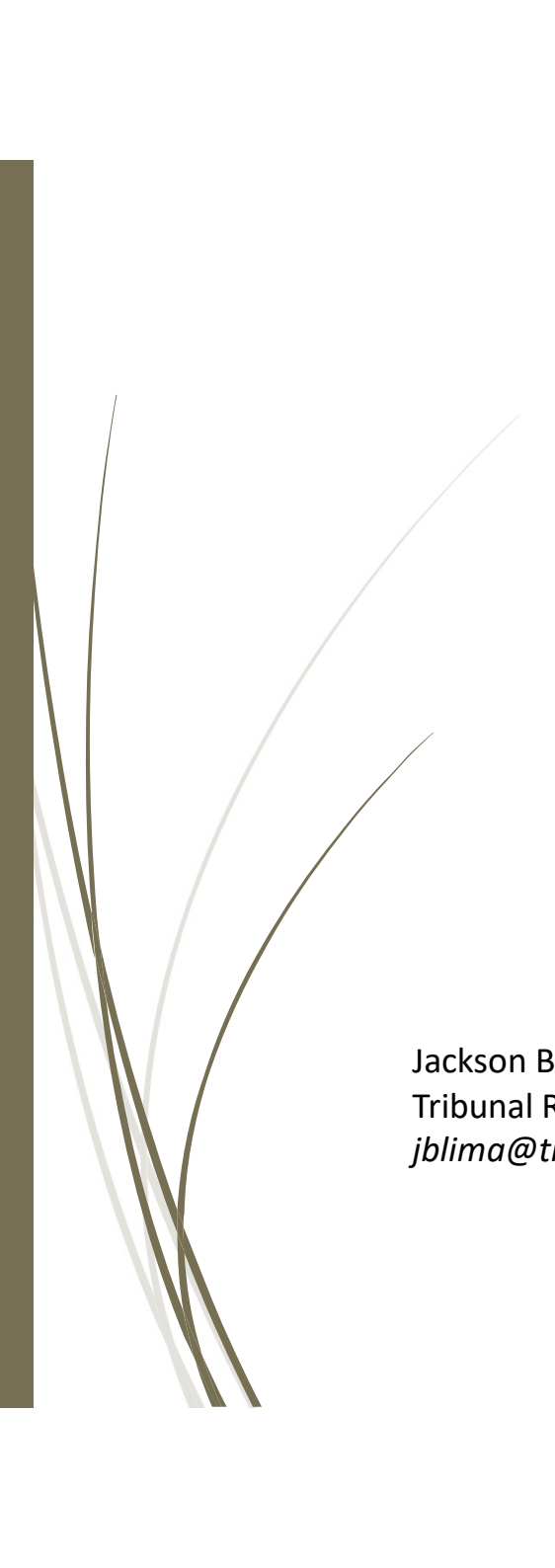


Semana do meio 20 ambiente 25

O TRT-7 NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- 30 DE MAIO A 04 DE JUNHO
- TELEPRESENCIAL
- MAGISTRADOS(AS), SERVIDORES(AS),
ESTAGIÁRIOS(AS) E COLABORADORES(AS) DO TRT-7

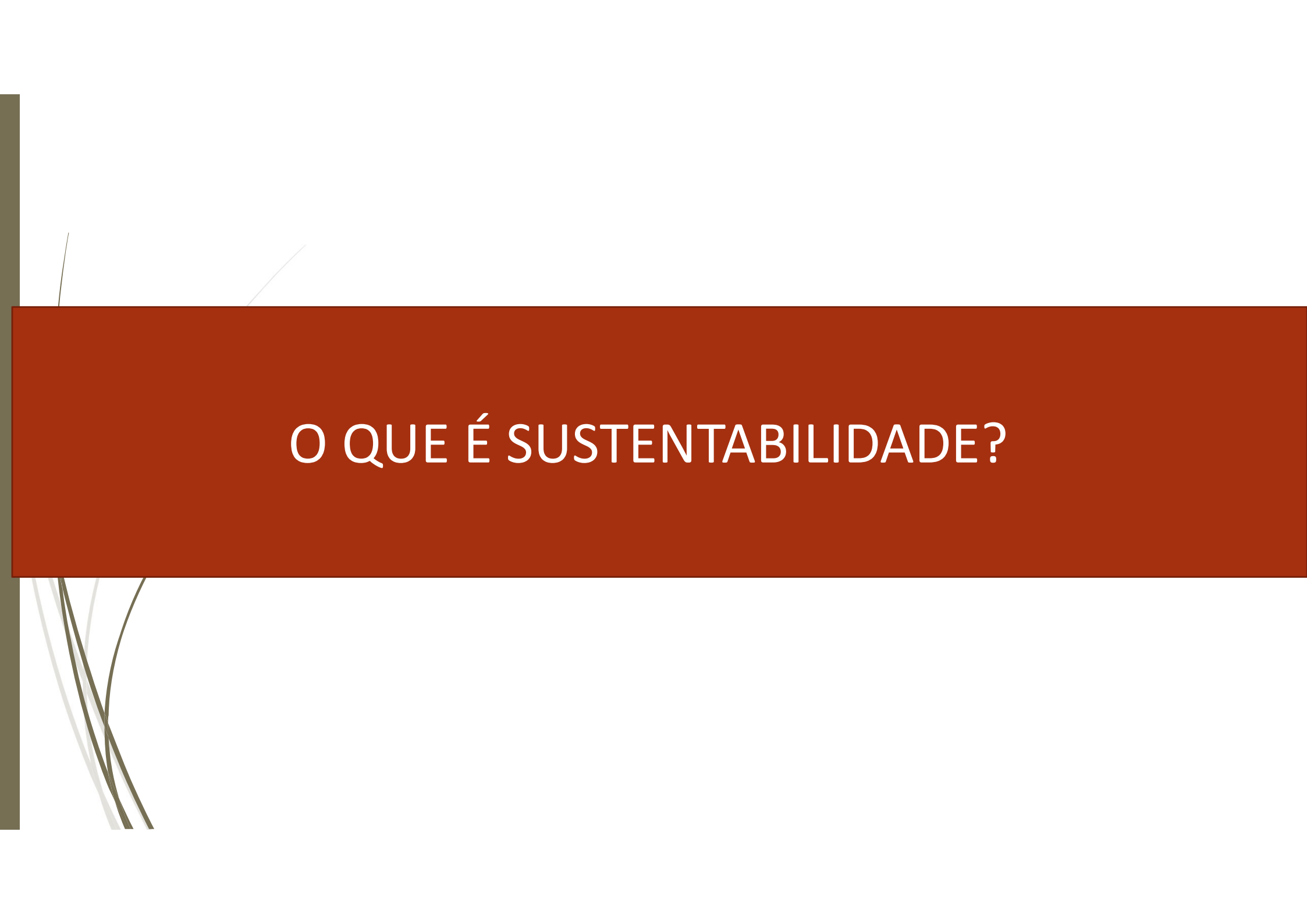




SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2025

Programa Carbono Zero na Justiça do Trabalho

Jackson Bertamoni de Lima
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
jblima@trt13.jus.br

The background features a light gray gradient. On the left side, there are several thin, dark gray curved lines that sweep upwards and outwards, resembling stylized branches or abstract brushstrokes. A solid dark brown horizontal bar spans the width of the slide, positioned in the upper-middle section.

O QUE É SUSTENTABILIDADE?

A photograph of three children of diverse backgrounds running happily through a lush green field. In the background, there are rolling hills and mountains under a soft, hazy sky. The image has a warm, golden-hour light. The text 'SUSTENTABILIDADE' is in the top left, and a larger message is centered over the children.

SUSTENTABILIDADE

**Nosso compromisso
com as futuras
gerações.**

O conceito de sustentabilidade e seus marcos históricos

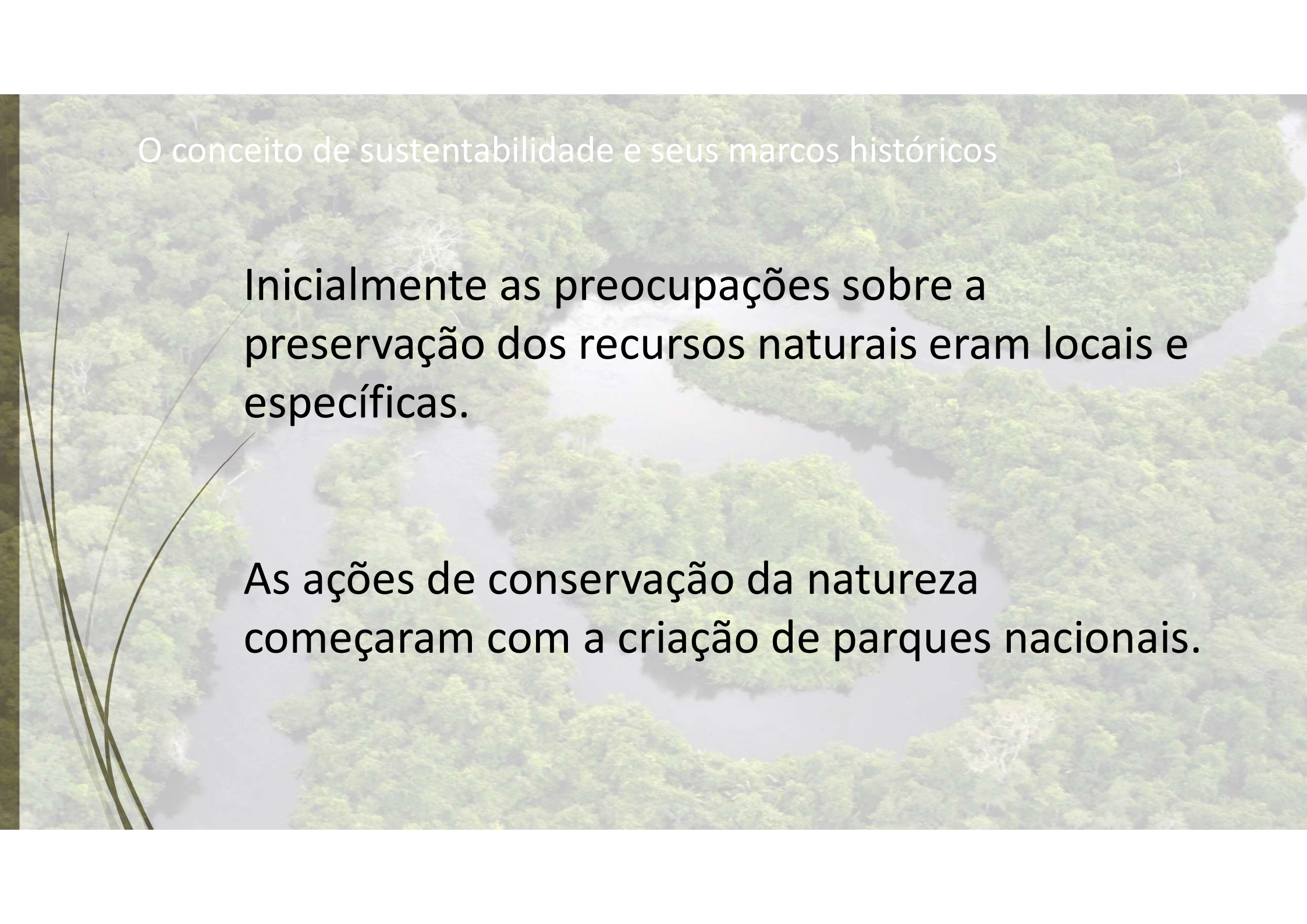
Conceito Fundamental

Desenvolvimento Sustentável: "Aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades." (Relatório Brundtland, 1987).

O conceito de sustentabilidade e seus marcos históricos

- **Ambiental:** Proteção e conservação dos ecossistemas.
- **Social:** oportunidades, bem-estar, justiça social.
- **Econômico:** Eficiência, viabilidade, prosperidade.





O conceito de sustentabilidade e seus marcos históricos

Inicialmente as preocupações sobre a preservação dos recursos naturais eram locais e específicas.

As ações de conservação da natureza começaram com a criação de parques nacionais.

As primeiras unidades de conservação

Parque Nacional Yellowstone,
nos EUA - primeira área federal
protegida do mundo, criado
em 1872.



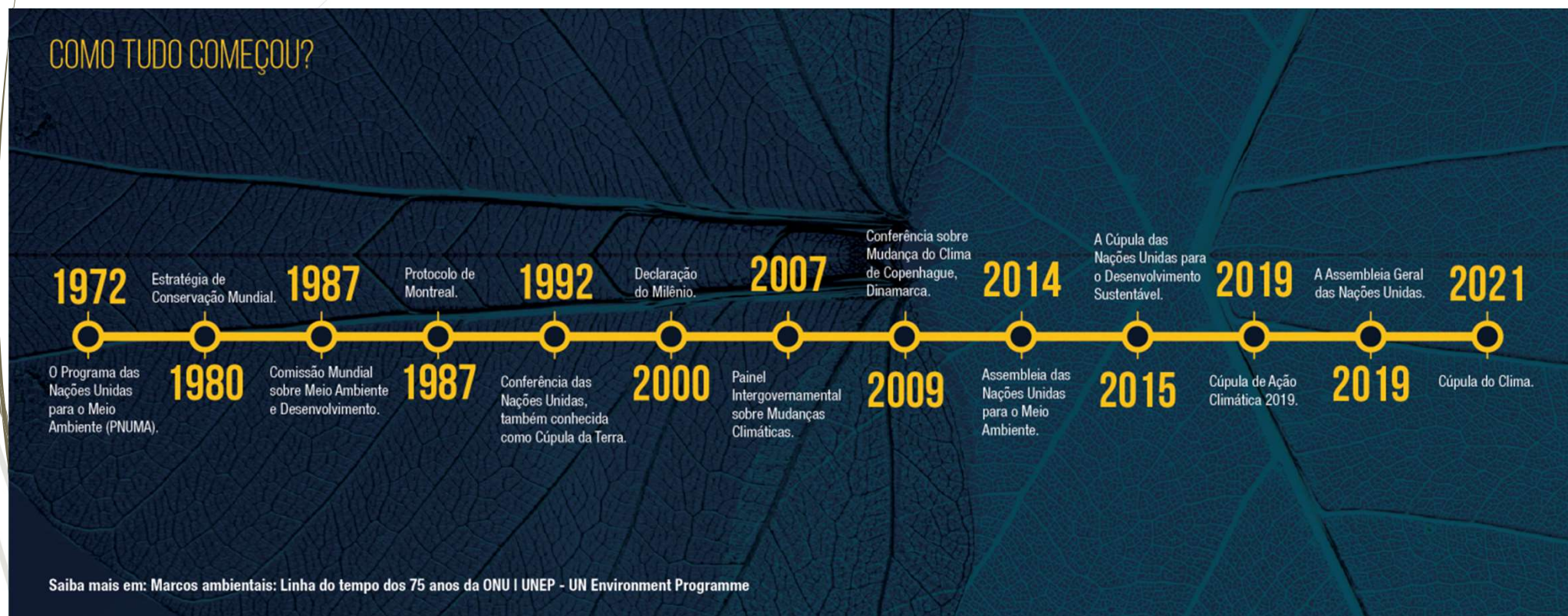
Parque Nacional do Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, criado em 1937. É o parque nacional mais antigo do Brasil.



Parque Nacional do Iguaçu/Iguazu, criado em 1939, onde estão as cataratas do Iguaçu. É o 2º parque mais antigo do Brasil.

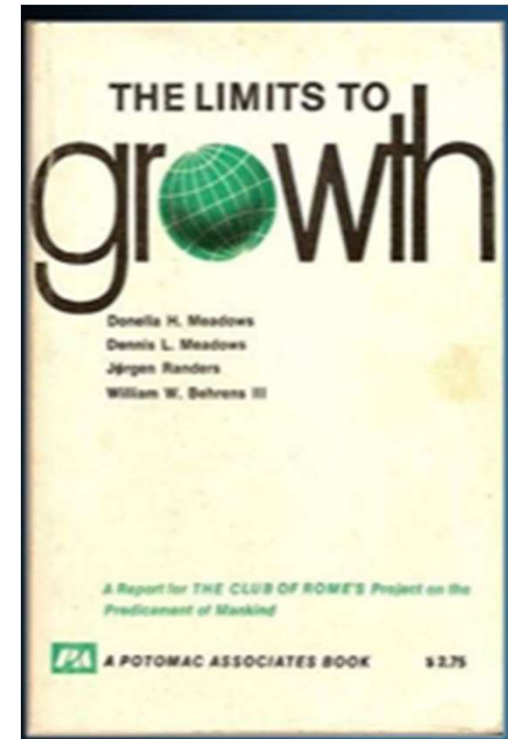


Cronologia da Governança ambiental de relevância mundial



•**Clube de Roma:** 1972, Publicação do relatório “**Os limites do Crescimento**”.

Conclusões do estudo: se a humanidade continuasse a consumir os recursos naturais como na época, por consequência da industrialização, eles se esgotariam em menos de 100 anos.



- **Relatório Brundtland (1987):** "Nosso Futuro Comum". Criou o conceito moderno de desenvolvimento sustentável:

- Definiu um novo conceito:

“o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”.

- Reconhece que os problemas sociais e ambientais são interconectados.



Protocolo de Montreal -1987



É um tratado internacional que visa proteger a camada de Ozônio por meio da eliminação da produção e do consumo das substâncias responsáveis por sua destruição (SDO). O Brasil é um dos países signatários.

O Protocolo de Montreal estabelece controles sobre várias famílias de substâncias químicas, incluindo:

Clorofluorcarbonetos (CFCs): Usados em espumas, limpeza, solventes, refrigeração e outras aplicações.(exemplo: o gás R-22 usado em aparelhos de ar-condicionado).



Protocolo de Kyoto: Japão, 1997

Entrou em vigor em 2005. Foi o primeiro tratado internacional para controle da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera.

O Protocolo tinha como meta reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) para combater o aquecimento global.

Estabeleceu metas vinculativas de redução para países industrializados e economias em transição, com uma média de 5% de redução das emissões em relação aos níveis de 1990, durante o período de 2008 a 2012.



Acordo de Paris

No ano de 2015, um novo acordo foi adotado: o **Acordo de Paris**, que entrou em vigor em 2016, substituindo o Protocolo de Kyoto.

O Acordo de Paris tem como principal objetivo, adotar medidas de redução da emissão de gases do efeito estufa, a partir de 2020; porém já tendo como meta manter o aumento da temperatura do planeta abaixo dos 2 °C.

A ONU, a Agenda 2030 e os ODS

COP 21, Paris, 2015. Criação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

- Criada uma agenda global de desenvolvimento sustentável, com metas e foco no meio ambiente, incluindo vida na água, vida terrestre, ação contra a mudança global do clima, água potável e saneamento, e energia acessível e limpa.

195 países adotaram o primeiro acordo climático global universal e juridicamente vinculante.



A ONU, a Agenda 2030 e os ODS





Em novembro de 2019 o CNJ integrou a Agenda 2030 nas ações do poder judiciário, com previsão de ações de voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030.



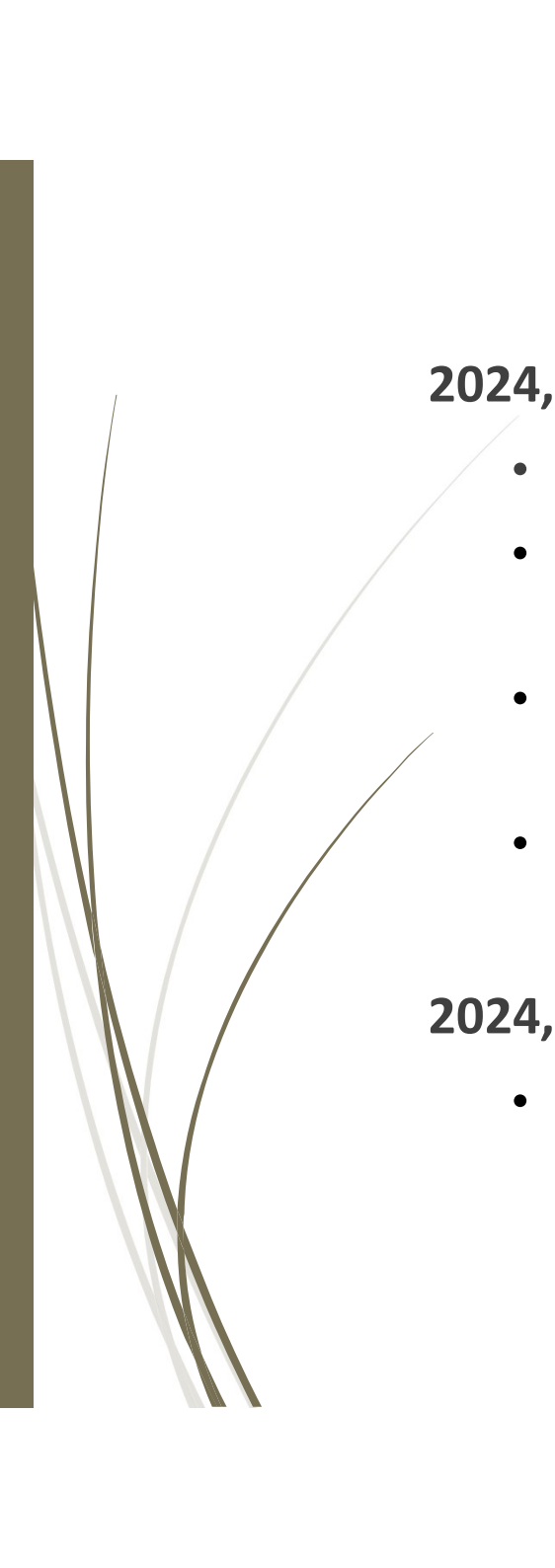
A criação da Política de Responsabilidade Socioambiental do Poder Judiciário

2015, Resolução CNJ nº 201, de 3 de março.

- Todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais e implementar o respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-Jud).
- Os Planos de Logísticas Sustentáveis, contendo uma lista de indicadores mínimos, com metas e planos de ação, são reconhecidos como instrumentos de governança de contratações.

2021, Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho.

- Revogou a Resolução 201/2021 e introduziu novos indicadores mínimos do PLS do Poder Judiciário.
- Estabelece a lotação mínima de 2 servidores na unidade de sustentabilidade.
- **Recomenda o controle de emissão de dióxido carbono no âmbito do órgão do Poder Judiciário.**



2024, Resolução CNJ nº 550, de 3 de abril.

- Não revogou a Resolução 400/2021.
- Incluiu a expressão “**proteção dos direitos intergeracionais ao meio ambiente**”.
- Incluiu a **mitigação de emissões de gases de efeito estufa** no âmbito do órgão do Poder Judiciário.
- Incluiu os temas da **equidade, diversidade e inclusão social**.

2024, Resolução CNJ nº 594, de 8 de novembro.

- Instituiu o Programa Justiça Carbono Zero em todo o Poder Judiciário.

2024, Resolução CNJ nº 594, de 8 de novembro.

- Incluiu o tema **descarbonização** na lista de indicadores mínimos do PLS, com o objetivo de promover a descarbonização do Poder Judiciário brasileiro, por meio de ações para medir, reduzir e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) resultantes do funcionamento dos órgãos que o integram.

Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar medidas para a elaboração de inventário, redução e compensação de emissões de GEE resultantes de seu funcionamento com a finalidade de **alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.**

O Programa será implementado pelos tribunais e conselhos com base nos seguintes pilares:

- I – inventário de emissões de GEE;
- II – redução de emissões de GEE; e
- III – compensação de emissões de GEE.

2024, Resolução CNJ nº 594, de 8 de novembro.

- Cada tribunal ou conselho deverá elaborar um Plano de Descarbonização.

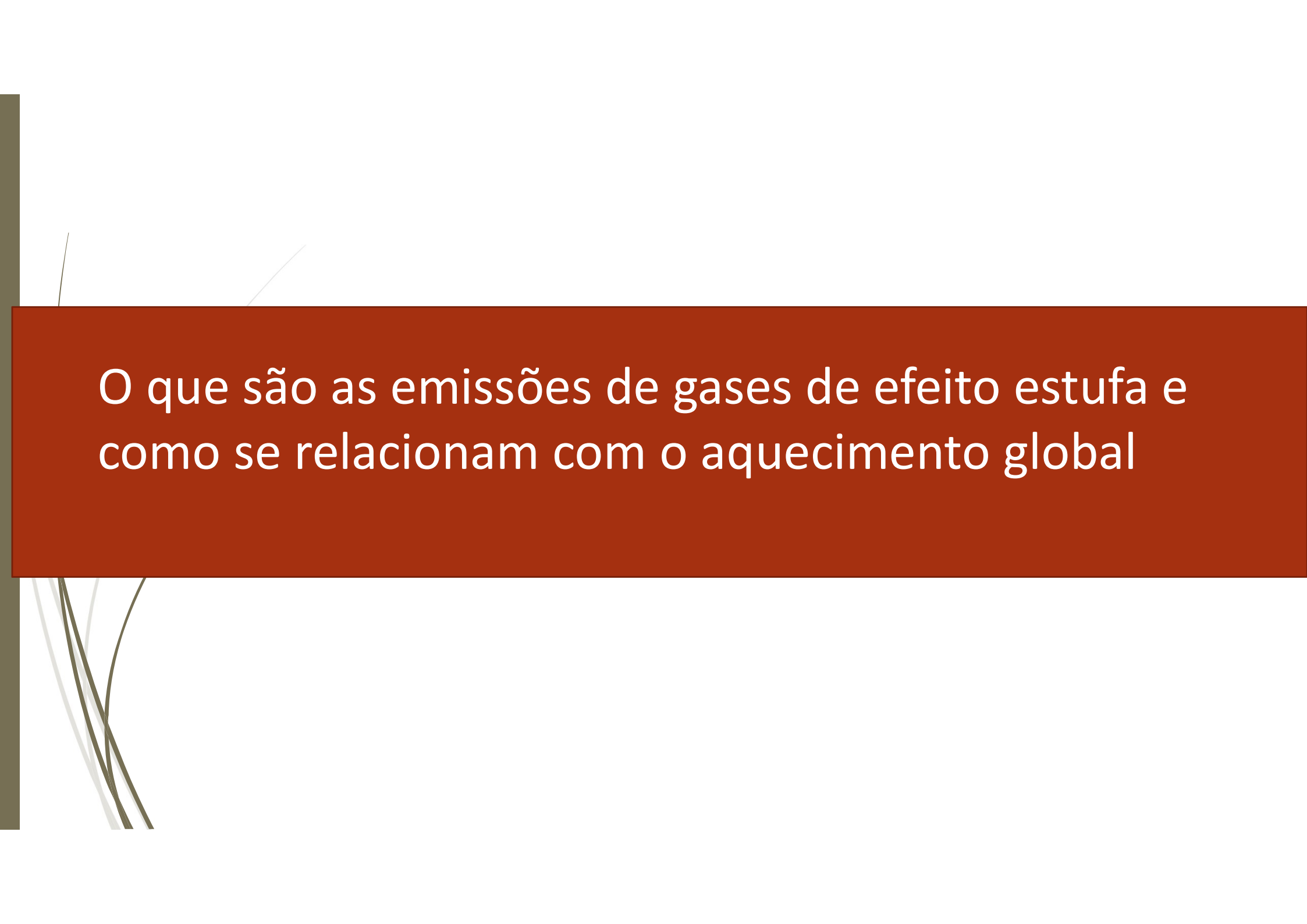
Os tribunais e conselhos devem promover ações de sensibilização e engajamento do seu corpo funcional e força auxiliar acerca do [tema da descarbonização](#).

Os tribunais e conselhos deverão [elaborar inventário de emissões de GEE](#), atualizados anualmente, com a quantificação das emissões geradas em decorrência das atividades desenvolvidas pelo órgão.

2024, Resolução CNJ nº 594, de 8 de novembro.

Art. 8º, § 1º : Para o biênio de 2025-2026, cada tribunal ou conselho terá os seguintes objetivos:

- I – até 28 de fevereiro de 2025, elaborar a versão inicial do Plano de Descarbonização;
- II – até 31 de julho de 2025, concluir, pelo menos, inventários para os edifícios-sede ou fóruns centrais;
- III – até 30 de setembro de 2025, implementar, pelo menos, três ações para redução de emissões;
- IV – até 28 de fevereiro de 2026, realizar, pelo menos, uma ação de compensação de emissões; e
- V – até 30 de junho de 2026, finalizar o inventário completo de emissões de todo o órgão.

The background features a solid dark red horizontal band across the middle. To the left, there are thin, light-colored curved lines and a vertical grey bar. In the bottom left corner, there are several overlapping curved lines in shades of grey and brown.

O que são as emissões de gases de efeito estufa e como se relacionam com o aquecimento global

As emissões de gases de efeito estufa e o aquecimento global

🌍 O Efeito Estufa Global: Compreendendo o Fenômeno

O efeito estufa é um fenômeno natural que ocorre quando certos gases na atmosfera terrestre retêm parte do calor irradiado pela superfície do planeta, mantendo a Terra aquecida o suficiente para sustentar a vida.

Como Funciona o Processo:

☀️ Radiação Solar

O Sol emite energia em forma de radiação solar, que atravessa a atmosfera e aquece a superfície terrestre.



Aquecimento da Superfície

A Terra absorve parte dessa energia solar. A superfície aquecida emite radiação infravermelha (calor) de volta para o espaço.

Retenção de Calor

Gases de efeito estufa na atmosfera capturam parte dessa radiação infravermelha. Esse calor retido aquece a atmosfera e a superfície terrestre.

As emissões de gases de efeito estufa e o aquecimento global

Gases de Efeito Estufa Principais:

Dióxido de Carbono (CO₂)

Fonte principal: Queima de combustíveis fósseis, queimadas

Concentração: ~78% das emissões humanas

Permanência: 300-1000 anos na atmosfera

Óxido Nitroso (N₂O)

Fonte principal: Fertilizantes, queima de combustíveis

Potencial: 298x mais potente que o CO₂

Permanência: ~114 anos na atmosfera

Metano (CH₄)

Fonte principal: aterros sanitários

Potencial: 25x mais potente que o CO₂

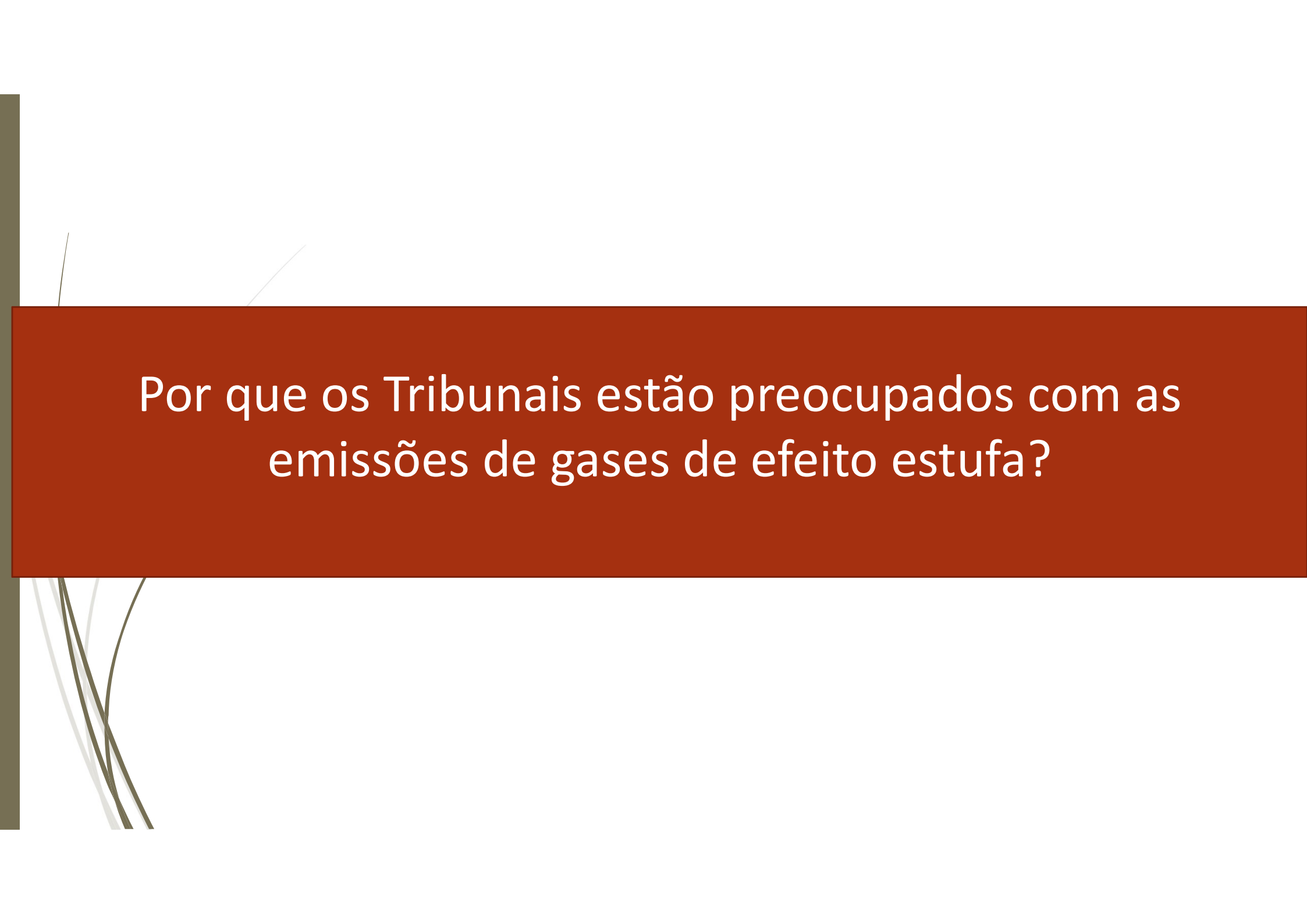
Permanência: ~9 anos na atmosfera

Gases Fluorados (HFCs, PFCs, SF₆)

Fonte principal: Refrigeração, processos industriais

Potencial: Até 23.000x mais potentes que o CO₂

Permanência: Décadas a milhares de anos



Por que os Tribunais estão preocupados com as emissões de gases de efeito estufa?

As fontes de emissões de gases de efeito estufa nos tribunais

Não são apenas as chaminés que emitem gases de efeito estufa. Todas as organizações, inclusive os órgãos do judiciário também emitem gases de efeito estufa durante as suas atividades.

Onde estão as fontes de emissões de GEE dos Tribunais?

Para identificar as fontes de emissões e quantificar estas emissões é necessário que se faça um inventário de emissões, baseado em metodologia reconhecida e que sejam adotados fatores de emissões amplamente aceitos no mundo.

As principais fontes de emissão de gases de efeito estufa são:

Fonte de Emissão	Gases Emitidos	Exemplos de Atividades
Consumo de Gasolina, Diesel	CO ₂ , N ₂ O	Movimentação da frota de veículos do Tribunal
Consumo de GLP	CO ₂ , N ₂ O	Fogões
Ar-condicionado	HFC	Vazamento de gás
Extintores de CO ₂	CO ₂	Vazamento de gás
Consumo de Energia elétrica	CO ₂ , N ₂ O	Termelétricas a gás, carvão
Viagens a negócios	CO ₂ , N ₂ O	Queima de combustível de aviação.

Inventários de emissões – Conhecer, medir e gerenciar.



The image is a screenshot of the FGV EAESP website. At the top, there is a navigation bar with the FGV EAESP logo on the left and links for 'A Escola', 'Cursos', 'Conhecimento de impacto', and 'Professores' on the right. A search bar with the text 'BUSCAR' and a magnifying glass icon is also present. Below this is a dark blue header with the FGVces logo and the text 'Centro de Estudos em Sustentabilidade' on the left, and a menu with links for 'SOBRE', 'NOTÍCIAS', 'EVENTOS', 'PROJETOS', 'PUBLICAÇÕES', and 'CURSOS' on the right. The main content area features a large image of Earth from space at night, with city lights visible. Overlaid on this image is the text 'Programa Brasileiro GHG Protocol' in large, white, bold letters. Below this main banner, there are three smaller rectangular boxes, each with a blue border and a blue background at the bottom containing text. The first box on the left contains the logo for 'Registro Público de Emissões' (Public Emissions Register) and the text 'Registro Público de Emissões'. The middle box contains a photograph of several wind turbines against a clear sky and the text 'Diretrizes e Notas Técnicas' (Guidelines and Technical Notes). The third box on the right contains a photograph of a colorful abacus and the text 'Ferramenta de cálculo de emissões de GEE' (Greenhouse Gas Emissions Calculation Tool).

FGV EAESP

A Escola Cursos Conhecimento de impacto Professores

BUSCAR 🔍

FGVces
Centro de Estudos em Sustentabilidade

SOBRE NOTÍCIAS EVENTOS PROJETOS PUBLICAÇÕES CURSOS

Programa Brasileiro GHG Protocol



Registro Público de Emissões
Programa Brasileiro GHG Protocol

Registro Público de Emissões



Diretrizes e Notas Técnicas



Ferramenta de cálculo de emissões de GEE

Inventários de emissões – Conhecer, medir e gerenciar.

Programa Brasileiro
GHG Protocol



Emissões consolidadas, por tipo de GEE e escopos

GEE (t)	Emissões em toneladas métricas, por tipo de GEE				Emissões em toneladas métricas de CO2 equivalente (tCO2e)			
	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 2 (abordagem por "escolha de compra")	Escopo 3	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 2 (abordagem por "escolha de compra")	Escopo 3
CO2	14,075142	75,282155	-	294,433860	14,075	75,282	-	294,434
CH4	0,003017	-	-	0,012050	0,084	-	-	0,337
N2O	0,002241	-	-	0,038448	0,594	-	-	10,189
HFCs	0,021810			-	41,952			-
PFCs	-			-	-			-
SF6	-			-	-			-
NF3	-			-	-			-
Total					56,705	75,282	-	304,960

Ferramenta de cálculo de emissões de gases de efeito estufa adaptada do GHG Protocol

Inventários de emissões – Conhecer, medir e gerenciar.

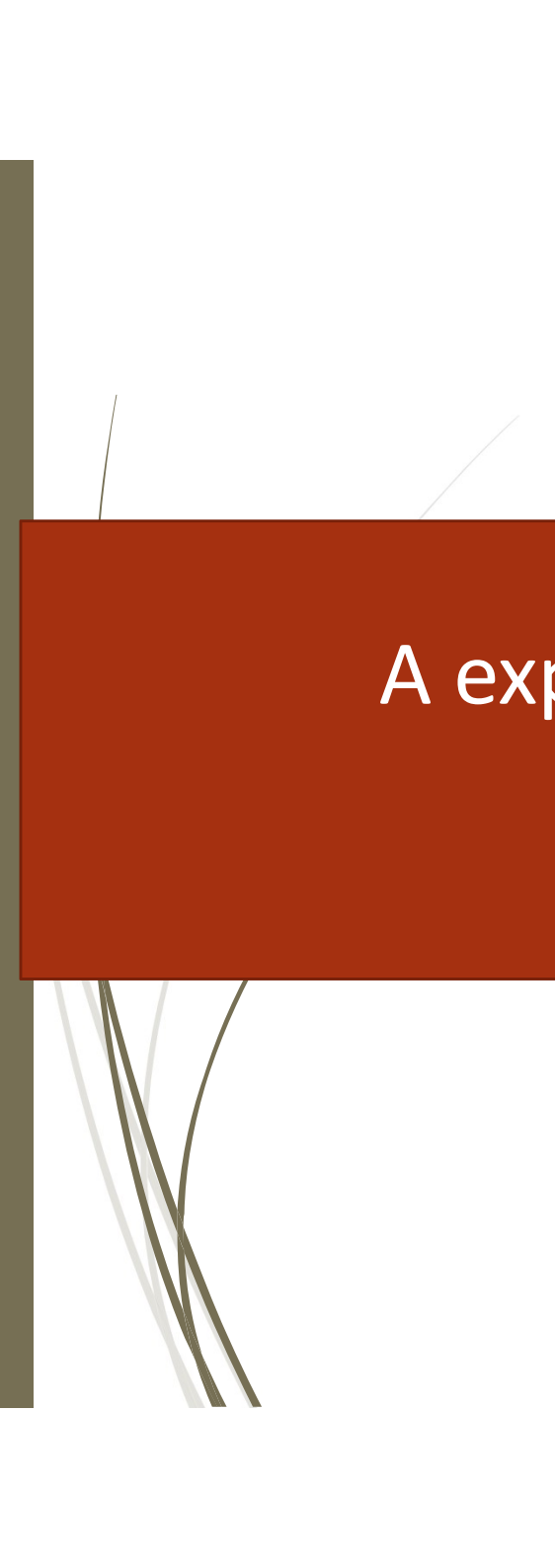
Programa Brasileiro
GHG Protocol



Emissões consolidadas, por tipo de GEE e escopos

GEE (t)	Emissões em toneladas métricas, por tipo de GEE				Emissões em toneladas métricas de CO2 equivalente (tCO2e)			
	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 2 (abordagem por "escolha de compra")	Escopo 3	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 2 (abordagem por "escolha de compra")	Escopo 3
CO2	14,075142	75,282155	-	294,433860	14,075	75,282	-	294,434
CH4	0,003017	-	-	0,012050	0,084	-	-	0,337
N2O	0,002241	-	-	0,038448	0,594	-	-	10,189
HFCs	0,021810			-	41,952			-
PFCs	-			-	-			-
SF6	-			-	-			-
NF3	-			-	-			-
Total					56,705	75,282	-	304,960

Ferramenta de cálculo de emissões de gases de efeito estufa adaptada do GHG Protocol



A experiência do TRT-13 na temática da sustentabilidade

Programa **Carbono Neutro**

Ato TRT13 SGP N.º 066, de 12 de abril de 2023



Programa Carbono Neutro



O Programa Carbono Neutro do TRT13 tem como objetivo potencializar o desenvolvimento sustentável do TRT-13, com redução permanente e contínua das emissões de gases de efeito estufa, decorrentes de suas atividades.

VALORES

Ética, Acessibilidade, Agilidade, Eficiência, Transparência, Inovação, Valorização das pessoas, Sustentabilidade, Efetividade, Comprometimento, Segurança Jurídica e Respeito à Diversidade e à Igualdade de Gênero.



Pacto Global
Rede Brasil

**AÇÃO
PELO CLIMA**



MOVIMENTO **AMBIÇÃO NET ZERO**

ACELERADOR CLIMÁTICO 2023



NÓS APOIAMOS O
Pacto Global



MOVIMENTO
AMBIÇÃO NET ZERO

O Movimento Ambição Net Zero é uma iniciativa de aceleração que visa desafiar e apoiar empresas integrantes do Pacto Global da ONU para que estabeleçam compromissos em relação ao clima que sejam ambiciosos e baseados na ciência e que integrem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (Ação Climática) e os objetivos do Acordo de Paris em suas estratégias de negócio. O movimento defende a definição de metas baseadas na ciência como uma maneira poderosa de impulsionar entregas de impacto para a sociedade brasileira e por isso se propõe a trabalhar com setor empresarial brasileiro com compromissos individuais e ambições coletivas.

<https://www.pactoglobal.org.br/movimento/ambicao-net-zero/>



Histórico da governança ambiental no TRT da 13ª Região



2017, Criação da Seção de Gestão Socioambiental.



2017, elaboração do 1º Plano de Logística Sustentável do TRT13, ciclo 2017/2021.



2019, Ato TRT SGP Nº 206/2019 - criação do Programa compostagem.



2019, Ato TRT SGP Nº 115/2019 – criação do Programa TRT13 Sustentável.



2020, Ato TRT SGP Nº 051/2020 – criação da Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT da 13ª Região.

Histórico da governança ambiental no TRT da 13ª Região



2021, Ato TRT SGP Nº 183/2021 – aprovação do PLS para o ciclo 2021/2026



2022, Ato TRT 13 SGP Nº 34/2022 – institui a política de nivelamento e controle de ativos de microinformática no TRT13.



2023, Ato TRT SGP Nº 066/2023 – cria o Programa Carbono Neutro no âmbito do TRT13.



2023, O TRT13 assinou a Carta Compromisso para se empenhar com as metas do movimento Ambição Net Zero do Pacto Global da ONU.



2023, Adesão ao PBGHG Protocol com elaboração do 1º inventário das emissões de gases de efeito estufa do TRT da 13ª Região (publicado com selo Ouro).

Histórico da governança ambiental no TRT da 13ª Região



2024, elaboração do 2º inventário das emissões de gases de efeito estufa do TRT da 13ª Região (publicado com selo Ouro).



2024, Elaboração do plano de gestão dos gases de efeito estufa.



2024, Criação da Rede Conecta de Sustentabilidade.



2024 – O TRT13 aderiu ao Movimento Conexão Circular do Pacto Global da ONU.

2024 . Plantio de 1.000 árvores em parceria com a prefeitura de João Pessoa/PB

Ações implementadas pelo Programa Carbono Neutro

SUBSTITUIÇÃO DA GASOLINA POR ETANOL NOS ABASTECIMENTOS DA FROTA FLEX



Com o objetivo de reduzir as emissões de carbono das suas fontes móveis (emissões de escopo 1), o TRT-13 regulamentou, por meio do Ato TRT13 SGP n.º 134/2023, a utilização exclusiva de etanol nos veículos flex da sua frota. O etanol é um bio-combustível que produz menos gás carbônico, monóxido de carbono e dióxido de enxofre do que os combustíveis fósseis, contribuindo assim para a diminuição da poluição atmosférica e do aquecimento global.



Ações
implementadas
pelo Programa
Carbono
Neutro



Ações implementadas pelo Programa Carbono Neutro

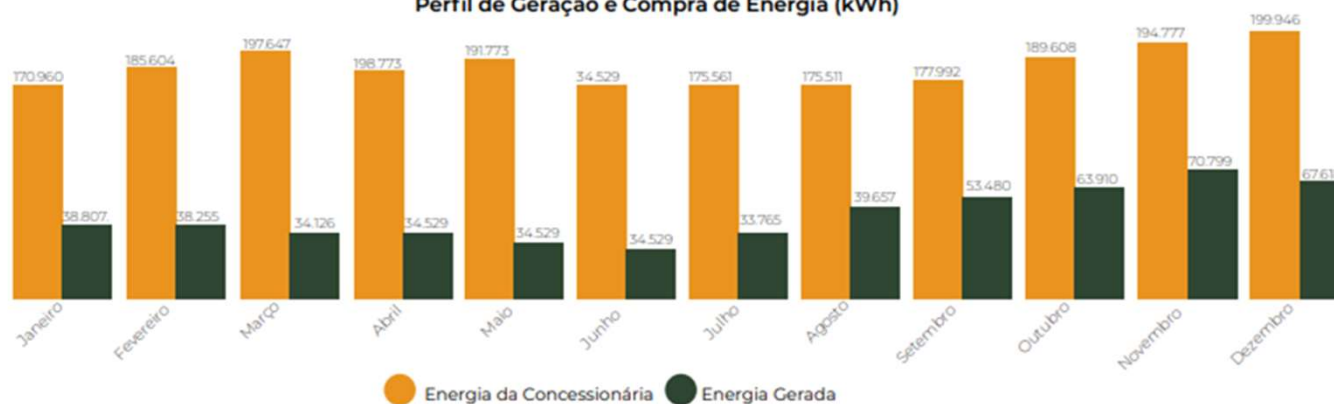


O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, alinhado ao seu compromisso com a sustentabilidade, implementou usinas fotovoltaicas em seus edifícios, fazendo com que parte do seu consumo de energia elétrica seja suprido por energia limpa e renovável.

De um total de 12 edificações, o TRT-13 instalou placas fotovoltaicas em 10 delas. Essas placas geram atualmente, aproximadamente, **36%** de todo o consumo do Tribunal, proporcionando, desde o início da implantação da primeira usina fotovoltaica, ocorrida em janeiro de 2021 até o final do ano de 2023, uma economia mensal de **R\$ 34.000,00** e, uma economia acumulada de aproximadamente **R\$ 700.000,00**.

Dentre as **10 edificações** que possuem usinas de geração de energia fotovoltaica, **7** delas produzem mais energia do que consomem. Além disso, transferem esse excedente de geração de energia para outros edifícios.

Perfil de Geração e Compra de Energia (kWh)



Ações implementadas pelo Programa Carbono Neutro

REDUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Em alinhamento ao Movimento Ambição NetZero do Pacto Global da ONU, bem como ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 13 - Ação contra a mudança global do clima -, o TRT-13 está reduzindo e modernizando sua frota por meio da aquisição de veículos híbridos e do desfazimento de veículos movidos a energia fóssil.

Até agora foram adquiridos 20 novos veículos híbridos, o que permitirá a redução da emissão do Tribunal em duas frentes, seja pela utilização exclusiva de etanol como forma de abastecimento, seja pelo desfazimento de 20 veículos movidos a gasolina, cujo processo de combustão é muito mais danoso ao meio ambiente.



Ações implementadas pelo Programa Carbono Neutro

REDUÇÃO DO NÚMERO DE IMPRESSORAS

A Secretaria de Tecnologia da Comunicação e Informação e a Coordenadoria de Material e Patrimônio, em atenção ao ATO TRT13 SGP n.º 34/2022, que instituiu a Política de Nivelamento e Controle dos Ativos de Microinformática, atuaram na adequação do quantitativo de impressoras disponibilizadas nas unidades administrativas e judiciárias do TRT-13. Nesse sentido, 24 impressoras multifuncionais foram recolhidas, de modo que cada unidade do TRT-13 passou a contar, no máximo, com até duas impressoras multifuncionais.

A ação impacta diretamente na redução da utilização de energia elétrica, dos esforços que usualmente seriam empreendidos para manutenção dos equipamentos, na redução do uso de papel, toner e com os custos de aquisição de novos equipamentos que viriam a substituir as antigas impressoras. É uma mudança institucional que leva em consideração a sustentabilidade em seus diversos ângulos.



AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO

O TRT-13 investiu na aquisição de equipamentos de refrigeração mais modernos e com maior eficiência energética, do tipo split, para substituir máquinas antigas, tendo em vista que estas não utilizavam gás ecológico ou não possuíam tecnologia inverter. Agora, os novos equipamentos utilizam o gás refrigerante R410A HFC e Unidade Evaporadora (interna) modelo HIGH WALL.

Ao todo, foram adquiridos 92 equipamentos, de maneira que a ação impacta no desenvolvimento sustentável do TRT-13, dado que os equipamentos consomem menos energia, estão em conformidade com o Protocolo de Montreal e o Acordo de Kigali, possuem maior facilidade de manutenção e minimização de vazamento de gás para a atmosfera, além de proporcionarem melhorias de qualidade de vida para magistrados(as), servidores(as) e terceirizados(as).



Ações implementadas pelo Programa Carbono Neutro



Comparativo das
emissões de CO₂ do
TRT-13
(Escopos 1 e 2)

2022: 269 ton CO₂

2023: 120 ton CO₂

2024: 133 ton CO₂

Inventários de Emissões de CO₂

Escopo 1



Combustão
móvel



Combustão
estacionária



Emissões
fugitivas

Escopo 2

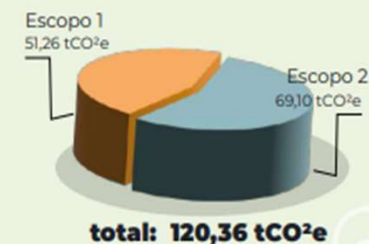


Aquisição de
Energia Elétrica

Inventário de 2022



Inventário de 2023



Redução de:
148,95 tCO₂e

Unidade: tCO₂e (tonelada de Gás Carbônico equivalente)

Comparando as emissões dos escopos 1 e 2 dos anos 2022 e 2023, **encontramos uma redução de 148,95 tCO₂e**. Este resultado demonstra que as ações do Plano de Gestão de Gases de Efeito Estufa causaram diminuição significativa.

Ações
implementadas
pelo Programa
Carbono
Neutro

Utilização da água da chuva

Outra ação relevante da Trilha "Greta Thunberg", ligada ao Projeto "Acqua TRT13", está relacionada à utilização de água da chuva em unidades do Tribunal.

Apesar da redução do consumo de água do TRT-13 em 2.181m³, quando comparado ao ano de 2023, em que o consumo foi de 7.565m³ de água, há necessidade de que novas ações sejam adotadas para racionalizar a utilização do recurso de forma consciente.

Consumo Anual de Água (m³)



Ações
implementadas
pelo Programa
Carbono
Neutro



Ações
implementadas
pelo Programa
Carbono
Neutro

ECOPONTO



Ações implementadas pelo Programa Carbono Neutro

Valorização do Trabalho Verde

O primeiro tribunal do país a remunerar as cooperativas de material reciclável.



Reconhecimento das ações do Carbono Neutro - Premiações



Encontro de sustentabilidade na justiça
do trabalho, em 2024.



TRT-13 práticas reconhecidas na conferência
internacional do meio ambiente, em 2024.

Reconhecimento das ações do Carbono Neutro - Premiações



Oficina de elaboração de inventário para servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE). 23 e 24 de abril de 2025.



Oficina de elaboração de inventário para servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA e AP). 8 e 9 de abril de 2025.



ANO 2025

Elaboração do 3º inventário das emissões de gases de efeito estufa do TRT da 13ª Região.

Inventariadas as emissões do ano de 2024.

Renovação com o Programa Brasileiro GHG Protocol - PBGHG Ciclo 2025.

2.1 O Registro Público de Emissões

- É uma plataforma online que auxilia as organizações na publicação de seus inventários de emissões corporativas de GEE.
- É a maior base de dados pública de inventários corporativos de GEE da América Latina.
- Possui mais de 5.700 inventários de GEE publicamente disponíveis.
- Duas interfaces de interação, a área pública e a área restrita (apenas para membros do programa).

<https://registropublicodeemissoes.fgv.br>



2.2 Política de qualificação dos inventários

Ouro

Organização faz a publicação de um inventário de GEE completo¹ + verificação do inventário por Organismo de Verificação (OV) acreditado pelo Inmetro

Prata

Organização faz a publicação de um inventário de GEE completo¹

Bronze

Organização faz a publicação de um inventário de GEE parcial²

A verificação do inventário é opcional para todos os participantes

¹ Um inventário completo deve incluir todas as fontes de Escopo 1 e Escopo 2. Escopo 3 é de relato opcional.

² Não inclui alguma emissão de Escopo 1 e/ou Escopo 2.



Programa Brasileiro
GHG Protocol

Contratação de auditoria externa do nosso inventário de emissões.

PROAD 3201/2025 - RBNA Consult, Organismo verificador acreditado no INMETRO para auditorias de inventários. Os inventários auditados são publicados no Registro Público de Emissões com Selo Ouro.

Valor da contratação: R\$ 10.450,00

Resolução CNJ 594/2024, Art. 4º, § 5º

“Sempre que possível, os inventários deverão ser verificados por organismos independentes e acreditados, a fim de comprovar a fidedignidade e a precisão dos valores levantados”.



Declaramos que o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa da

**Tribunal Regional do Trabalho da
13ª Região - Paraíba**

foi verificado seguindo a norma

ABNT NBR ISO 14064-1:2022

Elaboração do inventário de emissões de GEE – emissões de 2024



Inventário 2024 - TRT 13ª Região

Limites Operacionais

1.3 Limites operacionais relatados no inventário

Escopo 1
Combustão estacionária
Combustão móvel
Fugitivas
Escopo 2
Aquisição de energia elétrica
Escopo 3
6. Viagens a negócios
7. Emissões casa-trabalho

Elaboração do inventário de emissões de GEE – emissões de 2024

Emissões de Escopo 1 desagregadas por categoria

Categoria	Emissões (tCO2e)
Combustão móvel	10,575
Combustão estacionária	4,501
Emissões fugitivas	41,964
Total	57,040

Elaboração do inventário de emissões de GEE – emissões de 2024

Emissões de Escopo 2 (energia elétrica)

Categoria	Emissões (tCO2e)
Energia elétrica (1.456,97 MWh)	75,282
Total	75,282

Elaboração do inventário de emissões de GEE – Emissões de 2024



GEE (tCO ₂ e)	2022	2023	2024
Escopo 1	191,321	51,267	56,705
Escopo 2	78,586	69,101	75,282
Escopo 3	-	361,076	304,96
Total	269,907	481,444	436,947

COMPENSAÇÃO

Ações
implementadas pelo
Programa Carbono
Neutro

2024

COMPRA DE CERTIFICADOS PARA COMPENSAÇÃO DE EMISSIONES: CRÉDITOS DE CARBONO E REC - CERTIFICADOS DE ENERGIA RENOVÁVEL



28

Se por um lado o TRT-13 tem focado na produção de energia oriunda de fontes renováveis, especialmente a solar, com a ampliação de sua capacidade energética mediante a expansão de suas usinas fotovoltaicas, por outro lado, sabe-se que ainda não se alcançou o patamar de neutralização de emissões. É por essa razão que, recentemente, o Tribunal adquiriu **269 créditos de carbono (tCO2) para compensar os gases emitidos no ano de 2022.**

Além de todas as ações para a compensação e redução das emissões de gases do efeito estufa, o TRT-13 adquiriu certificado **i-Recs com selo REC Brazil para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa em decorrência do consumo de energia elétrica (Escopo 2) no ano de 2023 (69,1 tCO2e).**

COMPENSAÇÃO

**Plantio de 1.000
árvores em 2024.**

**Parceria com a
Secretaria de Meio
Ambiente de João
Pessoa/PB.**

PLANTIO DE 1000 ÁRVORES

Com o objetivo de compensar as emissões de gases de efeito estufa, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região realizou uma parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da qual o órgão parceiro viabilizou o plantio das 1.000 árvores com fornecimento de mudas, preparo e manejo do solo, assim como a devida manutenção. Em contrapartida, o Regional irá promover ações de educação ambiental e de capacitação profissional para a população do município de João Pessoa no Centro de Justiça Social - CIJUS.

Média de **CO2e** capturado por árvore



COMPENSAÇÃO

Plantio de 4.000 árvores em 2025

Parceria com a
Secretaria de Meio
Ambiente de João
Pessoa/PB.



Opções de mecanismos de compensação via créditos de carbono e Certificados de Energia Renovável (i-REC)

Inventário de 2023 - emissão de 270 tCO₂e
emissões totalmente neutralizadas por créditos de carbono

Inventário 2024 - emissão de 481 tCO₂e
69 tCO₂e de escopo 2 totalmente neutralizadas por compra de i-REC

Inventário 2025 – emissão de 437 tCO₂e

Opções de neutralização

- Compra de 437 créditos de carbono (neutraliza os 3 escopos).
- Compra apenas 1.457 i-REC (neutraliza apenas o escopo 2).
- Compra de 362 créditos de carbono (neutraliza os escopos 1 e 3) + 1.457 i-REC (neutraliza o escopo 2).

**Opções de
mecanismos de
compensação via
créditos de carbono
e Certificados de
Energia Renovável
(i-REC)**

Inventário 2025

Compensar com Créditos de Carbono e/ou i- REC ?

Opções:

Somente Créditos de Carbono: 437 créditos de carbono **(100% das emissões)**

~ R\$ 50,00 por crédito de carbono

Total: R\$ 21.850,00 (escopos 1+2+3)

Somente i-REC: necessidade de 1.457 certificados - escopo 2 **(15% das emissões)**

1 REC por MegaWatt - R\$ 3,00/REC (Auren Energia)

Total: R\$ 4.371,00 (neutraliza apenas o escopo 2)

Créditos de carbono e i-REC (100% das emissões)

R\$ 18.100,00 (escopos 1+3) (362 créditos de carbono)

R\$ 4.371,00 (escopo 2)

Total: R\$ 22.471,00



THE INTERNATIONAL
REC STANDARD

Esta Declaração de Aposentadoria foi produzida para
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª. REGIÃO

através do

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

confirmando a aposentadoria de

2 015.000000

Certificados I-REC, representando 2 015.000000 MWh de
eletricidade gerada a partir de fontes renováveis.



Certificate of Verified Carbon Unit (VCU) Retirement

Verra, in its capacity as administrator of the Verra Registry, does hereby certify that on 28 May 2024, 270 Verified Carbon Units (VCUs) were retired on behalf of:

Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

Project Name

Avoided Conversion Cerrado

VCU Serial Number

14529-605215541-605215810-VCS-VCU-262-VER-BR-14-2465-02022017-31122017-1

Additional Certifications

Social Carbon

Powered by  APX



Obrigado pela atenção.

JACKSON BERTAMONI DE LIMA

jblima@gmail.com

(83) 98156 2230